



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Comissão de Defesa do Consumidor - CDC

# A Regulamentação do Marco Civil da Internet



**Conselheiro Rodrigo Zerbone Loureiro**



Agência Nacional de Telecomunicações

Brasília, 30/09/2015



## ❖ O Marco Civil da Internet abrange:

- Direitos e garantias dos usuários da Internet.
- Temas relativos à provisão de conexão e de aplicações de Internet:
  - **Neutralidade de Rede**
  - Proteção aos Registros, aos Dados Pessoais e às Comunicações Privadas:
    - ✓ **Guarda de Registros de Conexão**
    - ✓ Guarda de Registros de Acesso a Aplicações
    - ✓ Responsabilidade por Danos Decorrentes de Conteúdo Gerado por Terceiros
    - ✓ Requisição Judicial de Registros
- Temas relativos à atuação do Poder Público na governança e na promoção da Internet.



- A Neutralidade de Rede é relevante, pois a Internet tornou-se infraestrutura essencial. Na Internet pública qualquer usuário acessa qualquer conteúdo ou aplicativo.
- O tráfego IP continua crescendo explosivamente, especialmente com a utilização de dispositivos móveis.
- Todas as redes conectadas à Internet se comprometem a fazer o “melhor esforço” (“best effort”) para entregar os pacotes sem discriminação.
- As diferenciações de preço são função somente da velocidade de conexão e do volume de dados trafegados, e não da qualidade do serviço.
- O gerenciamento de tráfego já é praticado, visando evitar congestionamento, *spam* ou ataques cibernéticos. Esse tipo de discriminação é considerado “razoável”, desde que utilizado estritamente para gerenciar os recursos de rede.





- O risco está numa eventual intervenção que prejudique conteúdos ou aplicativos de terceiros (por exemplo, bloqueio do Skype ou do WhatsApp).
- É importante preservar a Internet como um espaço de inovação, de desenvolvimento de novos modelos de negócio e novas aplicações.
- O impacto dessas questões e os efeitos que podem ter sobre o uso da Internet e sobre a sociedade como um todo, estão na essência do debate sobre neutralidade de rede.
- Legisladores e reguladores em diversos países têm interpretado a neutralidade de rede no sentido de que alguns princípios devem ser amplamente aplicáveis.





## ■ Princípios Gerais de Neutralidade de Rede:

- A rede deve ser aberta.
- Os dados devem ser tratados de forma igual: sem discriminação por usuário, conteúdo, plataforma, aplicação ou dispositivo de acesso.
- Princípio fim-a-fim: as operações na rede devem ser definidas, sempre que possível, o mais próximo possível das pontas.





## FCC Open Internet 2015

(amplia escopo da Regulamentação Open Internet 2010)



- Transparência nas informações das ofertas.
- “Não bloqueio” de dispositivos, conteúdos, serviços e aplicações.
- “Razoabilidade” no gerenciamento de tráfego.
- Serviços especializados na rede da prestadora (“on net”) são permitidos, mas não podem prejudicar a Internet aberta.
- Práticas de interconexão devem ser justas e razoáveis (e podem ser investigadas).
- Não estrangulamento/retardo (*throttling*) de conteúdo lícito.
- Nenhum pagamento por priorização de tráfego.
- Regras aplicáveis às redes de suporte à Internet (fixa e móvel).





## Art. 9º da Lei nº 12.965, de 2014

- Tratamento isonômico dos pacotes de dados;
- Discriminação ou degradação somente poderá decorrer de:
  - Requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações; e
  - priorização de serviços de emergência;
- Garantias de transparência, proporcionalidade e isonomia.



✓ Próximo passo:

- Cumprimento do §1º do art. 9º do MCI:

§ 1º A discriminação ou degradação do tráfego **será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República** previstas no inciso IV do art. 84 da Constituição Federal, para a fiel execução desta Lei, **ouvidos o Comitê Gestor da Internet e a Agência Nacional de Telecomunicações**, e somente poderá decorrer de:

- Anatel oferecerá sua contribuição ao processo de regulamentação do MCI, no que se refere ao tema da **neutralidade de rede**.





## Consulta Pública ANATEL nº 8/2015



Com o objetivo de colher subsídios para a regulamentação dos dispositivos relacionados à **neutralidade de rede** (art. 9º do MCI), a Anatel realizou a CP nº 8/2015:

- prazo para contribuições: 31 de março a 19 de maio de 2015.
- a CP trouxe **seis temas** para contribuições e comentários.
- foram recebidas **110 manifestações** de diversos órgãos da Administração Pública, de prestadores de serviço, de associações de representação setorial, de entidades de defesa do consumidor, da academia e da sociedade civil.



- ✓ Principais questões no contexto da CP:
  - **Prestação adequada dos serviços e aplicações:** garantia de qualidade, informação clara e transparente na contratação pelo usuário .
  - **Relações entre os agentes:** empresas de telecomunicações, provedores de conteúdo e aplicações, e usuários.
  - **Modelos de negócio na Internet:** a dinâmica da inovação e a abordagem a ser dada na regulamentação.
  - **Comunicações de Emergência:** quais os serviços nessa categoria e como tratá-los na regulamentação?
  - **Bloqueio de conteúdo a pedido do usuário** (controle parental): somente pelo assinante ou com contratação Junto à prestadora (previsto nas legislações do Chile e da Colômbia)?
  - **Outros temas:** livre contribuição.
- ✓ Fase atual é de avaliação das contribuições e formulação de proposta de manifestação pela área técnica da Anatel, que será submetida à deliberação do Conselho Diretor para envio à Casa Civil da Presidência da República.



## ANATEL: Guarda de Registros de Conexão



- ✓ O que diz o MCI (Lei N° 12.965/2014):
  - Art. 13 “Na provisão de conexão à internet, **cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do regulamento**”.
- ✓ O que diz o Regulamento do SCM (Resolução Anatel N° 614/2013):
  - Art. 52. **A Prestadora deve zelar pelo sigilo inerente aos serviços de telecomunicações e pela confidencialidade dos dados, inclusive registros de conexão, e informações do Assinante, empregando todos os meios e tecnologia necessários para tanto.**

Parágrafo único. A Prestadora deve tornar disponíveis os dados referentes à suspensão de sigilo de telecomunicações às autoridades que, na forma da lei, tenham competência para requisitar essas informações.
  - **Art. 53. A Prestadora deve manter os dados cadastrais e os Registros de Conexão de seus Assinantes pelo prazo mínimo de um ano.**

# Obrigado!

**Cons. Rodrigo Zerbone Loureiro**

